

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Diploma de incompetência

A manutenção da obrigatoriedade do diploma específico para o exercício da profissão de jornalista, decidida ontem pelos parlamentares, consagra não apenas a estreiteza corporativista, medíocre e de corte autoritário, mas também a covardia política e o gangsterismo como método de persuasão no âmbito do Congresso constituinte.

Atribuir o direito de exercer o jornalismo apenas aos que podem emoldurar em suas paredes um fetichizado documento de conclusão escolar é desconhecer de alto a baixo em que consiste o universo de trabalho da imprensa. Equipará-lo ao leque de atividades desenvolvidas no campo da proteção da saúde ou nas áreas que lidam com riscos à incolumidade pública — casos em que, efetivamente, se deve exigir capacitação específica — é costurar uma fantasia cuja função resume-se a encobrir a pequenez corporativa.

Impedir que empresas de comunicação possam recrutar no mercado de trabalho os indivíduos que considerem mais equipados intelectual e culturalmente para o desempenho de tarefas jornalísticas é obrigar a imprensa a viajar regressivamente em um túnel do tempo: o ponto de chegada é o atraso medieval. Não se condena a existência das escolas, tampouco se duvida de que entre aqueles que nelas se formam há pessoas com talento e capacidade de trabalho. Certo é que a falta de inteligência, ou de espinha, do deputado Bernardo Cabral, e daqueles que preservaram o texto, despreza a

cristalina constatação de que qualquer tentativa de se levar adiante, no país, projetos jornalísticos sofisticados e de alta qualidade, exige a liberdade de se dispor de recursos humanos igualmente sofisticados. Para tanto, o aprendizado de técnicas jornalísticas é, por si só, insuficiente.

A extrema maleabilidade dos constituintes diante de “lobbies” ameaçadores, dos quais podem extrair proveito ou proteção, transforma as decisões da Comissão de Sistematização — como ocorreu no caso do diploma — em espetáculos da mais degradante miséria política. Chegaram os parlamentares a um desfecho de todo deplorável, que contraria a própria opinião pública, como demonstrou a pesquisa publicada pela *Folha*, no sábado, na qual 59% dos leitores dos três maiores veículos da imprensa de São Paulo opinam a favor da extinção da obrigatoriedade do diploma.

Triunfaram as pressões obscurantistas, conduzidas pela corporação dos defensores do atraso, que soube se aproveitar do oportunismo e do despreparo da maior parte dos parlamentares — e também da falta de empenho com que muitos dos interessados pela reversão do texto atuaram.

Louve-se a minoria que não se entregou às chantagens. Teve a lucidez e a firmeza indetectáveis no incongruente Bernardo Cabral, que desfez o que havia sido anteriormente proposto e foi um dos agentes da decisão. Restou a patética imagem final: estudantes comemorando o resultado fantasiados de palhaço.